

Relatoria Andanças do Patrimônio

Cidade: Brasília (DF)

Data: 18/09/2025

Local da realização da atividade: Auditório Iphan SEDE

Relator (es): Simone Kimura e Ivana Cavalcante

Observação: após a conclusão da escuta, encaminhar a relatoria para:

snpc@iphan.gov.br

Pergunta geradora:

Quais os principais desafios e quais são as ações possíveis para se garantir a valorização perene do patrimônio cultural quilombola? Eixo 1 - Tecendo redes e fortalecendo territórios: a institucionalização do Sistema Nacional de Patrimônio Cultural a partir da gestão participativa e compartilhada

Perguntas geradoras:

1. Quais os principais desafios para a construção da gestão participativa e compartilhada da política de patrimônio cultural junto às comunidades quilombolas?
2. Como melhorar a atuação conjunta e compartilhar a responsabilidade pela preservação e salvaguarda do Patrimônio Cultural Quilombola entre órgãos federais, estaduais e municipais?

Desafios	Oportunidades
	Aproximação entre patrimônio cultural, território e patrimônio ambiental. Prever o diálogo com os órgãos que lidam com a preservação ambiental.
	Estabelecer redes com as entidades representativas do movimento quilombola, a partir do território, desde as representações comunitárias, locais, regionais, até as nacionais.
	Agregar as universidades que possuem ações e programas que envolvem comunidades quilombolas
	Considerar os conselhos estaduais de igualdade racial para parcerias
O iphan não tem uma instância ou estrutura específica para a preservação do patrimônio quilombola, necessários para estruturar a política na instituição e gerar replicação em estados e municípios	Criar uma estrutura interna ao Iphan para o tombamento dos quilombos, bem como criação de fundos específicos para essa política

	Fazer escutas nos territórios, a partir das indicações das comunidades. Não dá para estabelecer modelos para aproximar e escutar as comunidades, pois existem muitas particularidades locais. Trabalhar com as associações locais para trazer segurança jurídica e legitimidade aos processos.
	Investir para que as comunidades se sintam parte dos processos, com mídias e garantindo a visibilidade
Editais voltados para pesquisadores e não para as comunidades	Fazer escutas nos territórios, a partir das indicações das comunidades. Não dá para estabelecer modelos para aproximar e escutar as comunidades, pois existem muitas particularidades locais. Trabalhar com as associações locais para trazer segurança jurídica e legitimidade aos processos.
	Investir para que as comunidades se sintam parte dos processos, com mídias e garantindo a visibilidade
Exigências dos editais que as comunidades não alcançam , como documentos de titularidade de terras	
	Capilarizar o fomento às manifestações que são compartilhadas por estados e municípios, de forma que os incentivos possam se escalar às comunidades espalhadas pelo Brasil
	Existência de Núcleo de enfrentamento ao racismo e núcleo de proteção ao patrimônio cultural no MP PE
	Estabelecer uma coordenação no Iphan para coordenar essa política junto aos estados e municípios
	Articulação com o CNJ e com o MP, que possuem instrumentos vinculados ao patrimônio cultural, quilombola e tradicional

	Atenção aos elementos culturais das comunidades que merecem ser protegidos
Políticas de cultura com os quilombolas, com o Iphan presente em todos os municípios (Pará). Fortalecimento do Iphan para trabalhar em outras perspectivas, especialmente com a população quilombola.	
Grandes empreendimentos em territórios quilombolas. As políticas públicas não atravessam os lugares sagrados na Amazônia no que diz respeito aos licenciamentos.	
Impasses de grandes empreendimentos que limitam os territórios	
	O iphan precisa estar presente nas comunidades, para ouvir e levar as demandas. As comunidades querem saber onde levar suas demandas.
Comunidades com litígio com o DNIT. Compensações e reparações como geração de renda para as comunidades.	As comunidades são as mais interessadas numa economia solidária e na geração de renda e compensações para as comunidades
	Instituir reparações diretas às comunidades, nos casos dos empreendimentos
	DNIT como parte das soluções de reparação.
Problema da chegada dos empreendimentos às Comunidades. Exemplo das eólicas	Estratégia de articular as redes que defendem a comunidade. Mostrar e valorizar a cultura é uma forma de se defender. No momento da festa, o quilombo se reúne para se defender

--	--

Eixo 2 - Patrimônio Cultural para e pelo povo: representatividade, acessibilidade, equidade e democratização

Pergunta geradora:

Quais os principais desafios e quais são as ações possíveis para se garantir a valorização perene do patrimônio cultural quilombola?

Desafios	Oportunidades
	Pensar em estratégias de visibilidade das comunidades, como agentes culturais e colocação nas rotas de turismo. Provisão de recursos para a preservação e divulgação do patrimônios que as comunidades fazem
	Trabalhar na perspectiva da educação: construção de material didático para utilização nas escolas e comunidades; e especificação de currículos escolares quilombolas
	Os documentos de que trata a Portaria de tombamento serem incorporados nos planos educacionais quilombolas
	Fazer conexões das comunidades com os bens que já são reconhecidos, estendendo reconhecimentos e ações de salvaguarda às comunidades, considerando os bens do patrimônio imaterial registrados e os bens arqueológicos
São poucas escolas quilombolas em território quilombola, ampliar essas escolas	Fazer o planejamento junto às escolas quilombolas
	Pensar ações em conexão das secretarias de cultura e igualdade racial para a preservação do patrimônio cultural quilombola
	Conexão das políticas de igualdade racial e de educação
	Iphan prover para as comunidades os diversos mecanismos que possui para

	<p>promover o patrimônio quilombola, como a realização de inventários pelas próprias comunidades, que elas possam autodefinir seus registros</p>
	<p>Instituir um comitê de quilombos no Iphan, para que as políticas surjam do chão do território das comunidades</p>
	<p>Projeto do afro turismo gaúcho, em que o fórum das comunidades quilombolas do litoral participam para dialogar e construir um roteiro de afroturismo no RS (proj. Piloto com a Comunidade do Morro Alto)</p>
	<p>Formações com quilombolas no território para o empoderamento das comunidades e entendimento da potencialidade da cultura quilombola</p>
	<p>Facilitação para acesso aos editais e fomento das culturas quilombolas</p>
	<p>Implementação de projetos através de emendas (Banda marcial quilombola, aulas de música, capoeira)</p>
	<p>Promoção de políticas educacionais nas comunidades, como forma de acesso às famílias</p>
	<p>Divulgação das pesquisas às comunidades (Portaria 135)</p>
	<p>O IPHAN comunicar os resultados das pesquisas às secretarias de cultura, as escolas e às instituições locais, no entorno das comunidades repercute muito localmente</p>
	<p>Resistência das comunidades aos empreendimentos, com a perpetuação do patrimônio cultural</p>
	<p>Levar as manifestações culturais às escolas, como empoderamento e transmissão geracional</p>
	<p>Boa prática: INRC do Quilombo da Liberdade que deu base para o turismo de base comunitária e rotas culturais</p>

	Importância da organização dos movimentos sociais e colaboração das universidades na construção das peças técnicas para o reconhecimento e o acesso à várias políticas públicas
Dificuldade das comunidades para acessar as políticas públicas	Incentivar oficinas de formação às comunidades e diálogo com as universidades para auxilia-las nos processos
	Fortalecimento das afrotetas (Santarém, Oriximiná, Óbidos. Difusão de experiências que atuam no combate ao racismo
	Importância da portaria 135 no auxílio ao reconhecimento das titularidades dos territórios quilombolas, que antecipa o reconhecimento fundiário
	Fortalecer o Iphan e a Fundação Cultural Palmares para atuar junto às comunidades quilombolas
	Expansão das afrotetas como uma política pública para todo o país . Difundir a tecnologia para outros estados.
	Formação de professores para o patrimônio cultural quilombola local
Eixo 3 - Fazendo a roda do patrimônio girar: Fomento, Economia do Patrimônio, Trabalho, Renda e Sustentabilidade	
Perguntas geradoras:	
<ol style="list-style-type: none"> 1. Quais os principais desafios para a geração de renda a partir do patrimônio cultural quilombola? 2. Como promover a sustentabilidade econômica das comunidades quilombolas a partir dos seus bens culturais? 	
Desafios	Oportunidades

	Estimular o fórum entre MP, secretarias de cultura para pensar formas de financiamento menos competitivas e inclusivas
Editais provocando disputas	Articulação institucional para pensar bolsas do patrimônio Vivo, os editais terem critérios voltados para os mestres quilombolas.
Os formulários e modelos de editais são inadequados. Dificuldade em montar os portfólios.	Prever formas de democratização de editais para que possam ser acessados
Repartição de recursos na perspectiva de geração de renda.	Catalogação do patrimônio cultural para se pensar num ordenamento do processo de geração de renda para a comunidade
	Cinema como possibilidade de preservação cultural e de geração de renda
Editais muito vinculados às realidades das cidades.	Desburocratizar os processos quando se tratam de pop. Quilombolas e tradicionais, considerando as dificuldades de acesso.
	Pensar junto às comunidades a circulação do que é produzido (gastronomia, biojóias, cerâmicas), como ativos para geração de renda . Pensar em rotas culturais
	Inventário de ofícios tradicionais das comunidades quilombolas de Oriximiná. Registros valorizam os saberes e possibilitam pensar criação de selos, instrumentos de propriedade para possibilitar a geração de renda.
	Pensar políticas a partir do reconhecimento dos ofícios, inspirados em políticas como o defeso
Falta de acesso (luz, internet, transporte) que dificultam o acesso aos editais e a circulação dos produtos da comunidade	
	O reconhecimento da Palmares ser validado para facilitar os acessos, como a questão dos endereços

	Somar com instituições além do Iphan. Pensar na lógica transversal, pensando no território
Tradição de política desenvolvimentista no Brasil. Desgaste de conversar com os atores dessas políticas. São essas políticas que atingem os territórios onde os patrimônios acontecem	
COP mantendo as discrepâncias sociais da cidade, que privilegiou espaços elitizados	
	Editais que estabeleçam declarações alternativas de endereço
	Capacitação das comunidades é anterior aos editais
Vários tipos de organização social se autodeclarando como quilombolas	
Receio de exposição das comunidades , com a participação nos editais e nas políticas	
O fomento vai sempre para as mesmas comunidades, pois vários atores não conseguem participar	Criar critérios que permitam a entrada das comunidades detentoras nos editais e acesso às políticas
	O Quintal e a forma de viver é fundamental para o fortalecimento da comunidade. As formas de preservação se dão no território.
	Políticas para empregabilidade dos anciões, cuidados da infância, cuidados em saúde pensadas para não intervir tanto nos modos de vida das comunidades
	Valorização dos modos de vida locais e mecanismos de transmissão cultural das comunidades. Dar estrutura para o que as comunidades já fazem.
	Busca ativa para os repasses para a sociedade civil, sem a perspectiva de concorrência.

Educação quilombola funcione de acordo com as próprias vivências. Luta por professores quilombolas.	
Editais não contemplam a todos. Falta de repostas do poder público.	Poder público precisa ir aos territórios.
	Transmissão de saberes ancestrais para as crianças. Ensinamento às crianças sobre cultura, preservação do meio ambiente.
	Pagamento de seguro para agricultores, como o seguro defeso.
	Anciões como instrutores junto às instituições de ensino superior.
	Os recursos atualmente são utilizados para eventos da comunidade. Estruturar locais para uso comunitário. Articular políticas de cultura, saúde, educação, reforma agrária
	Apoio financeiro para comunidades quilombolas durante a pandemia, decidido a partir de decisão conjunta.

Eixo 4 - Patrimônio Cultural: caminhos para a promoção do desenvolvimento sustentável e para a proteção e a adaptação frente à emergência climática

Perguntas geradoras:

1. Quais as ameaças enfrentadas pelas comunidades quilombolas diante da emergência climática no território?
2. Como e quais mecanismos podem ser criados para adaptação climática para preservação dos bens culturais?

Desafios	Oportunidades
Desaparecimento de alimentos e sistemas agrícolas. Processos de desertificação, alagamentos, uso de veneno próximos a áreas de cultivo quilombola.	Proteção dos sistemas agrícolas tradicionais quilombolas
Perdas de territórios e perdas culturais. Conflitos com empresas no	

<p>licenciamento, que impactam em territórios tradicionais.</p> <p>Perdas de patrimônios culturais em decorrência de fenômenos naturais, mas que foram provocados.</p> <p>Uso do fogo na Amazônia, que em alguma medida é patrimônio. Como lidar com os incêndios que geram problemas.</p> <p>Pensar no racismo ambiental, em empreendimentos que desalojam pessoas.</p>	
	<p>Uso das técnicas construtivas tradicionais (uso da pedra, taipa) que atuam no enfrentamento das emergências climáticas.</p> <p>Escuta das comunidades em projetos de habitação.</p>
<p>Falta de espaço para plantio em territórios tradicionais.</p> <p>Trâmites longos para a posse de terras que eram tradicionalmente da comunidade.</p> <p>Quilombolas precisam ter a vivência nos quilombos.</p>	<p>Habitação para descendentes de Tia Eva.</p> <p>Atestado para pessoas quilombola para ter acesso a unidades habitacionais.</p>
<p>Quilombolas não querem ser invadidos. Comunidades são fonte de pesquisa, mas o resultado nem sempre é a verdade sobre as comunidades.</p>	
<p>Estado deve estar presente nos territórios.</p> <p>Comunidades que não conseguem escoar sua produção, precisam pagar pedágios na rodovia, não tem acesso à água.</p> <p>Empreendimentos que impactam as comunidades, com estudos sem olhar sistêmico e sem diálogo com as</p>	<p>Carta de comunidade para pautar os estudos de licenciamento (*processo SEI)</p>

